

Migração gera quadro caótico

Em todas as oito emendas à revisão constitucional apresentadas por parlamentares do Distrito Federal, visando assegurar recursos para as áreas de Saúde, Educação e Segurança, que permitam contornar o estado de calamidade em que esses setores se encontram, todas argumentam em sua defesa o fato de que, apesar de ter, oficialmente, apenas 1,8 milhão de habitantes, na realidade os equipamentos e serviços atendem três vezes a esse número. O excesso de demanda vem sobretudo do crescente número de imigrantes que se espalham pela periferia de Brasília, em novos assentamentos e inchando as atuais cidades-satélites e o chamado Entorno do DF, uma área que extrapola os 50 mil quilômetros quadrados do Distrito Federal e abrange centenas de pequenos municípios dos estados de Goiás e Minas. A estimativa do GDF é de que mais de 3,8 milhões de pessoas, apesar de residirem em outros estados,

encontram em Brasília o atendimento médico, a escola do filho e a proteção contra a violência.

Como se não bastasse a explosão demográfica e a pressão que exercem essas populações sobre a Capital, Brasília fica a mercê de verbas do Governo Federal. No ano passado, o DF ficou sem recursos que deveriam ser repassados à Saúde, provenientes do SUS, entre julho e novembro, o que levou a uma crise sem precedentes no atendimento hospitalar. É que o então ministro da Previdência, Antônio Britto, decidiu transferir verbas do SUS para a Previdência Social, mantendo em dia, é certo, a pensão dos aposentados, mas deixando inválidos ou matando muitos brasilienses. "A crise não foi maior porque o GDF usou recursos próprios, deixando outras áreas desassistidas, para menizar a situação", confirma o secretário da Saúde, Carlos Sant'Anna. "É impossível para o DF manter seu sistema de saúde com recursos próprios", acrescenta, citando que, em outubro, o custeio e os salários dos médicos exigiram cerca de CR\$ 2,6 bilhões, quando a receita total do governo no mês foi de pouco mais de CR\$ 5 bilhões.